



Sindicato dos Oficiais de Justiça

COMUNICADO

O SOJ reuniu no dia 9 de Maio com o Ministério da Justiça, representado pelo Secretário de Estado, Dr. José Magalhães.

O Ministério da Justiça apresentou as principais linhas de orientação para o sector da Justiça e procurou saber da disponibilidade do SOJ para participar nos trabalhos sobre a **mobilidade dos Oficiais de Justiça**.

No fundo a troika acabou por dar razão ao SOJ, impondo ao Governo a concretização do Mapa Judiciário, mas negociando com os Sindicatos a questão da mobilidade.

Importa recordar que quando o Governo pretendeu avançar com as novas Comarcas, o SOJ levantou a questão da inconstitucionalidade (ver informação de 18.04.2011 no nosso site). A lei impõe a obrigatoriedade de uma negociação quando em causa estão determinadas matérias, nomeadamente a mobilidade, que, tal como estava vertido no art. 28º se consubstancia também através dos movimentos.

Há no entanto uma questão essencial: a troika ficou convicta que os grandes problemas da justiça são: o Mapa Judiciário e a mobilidade. Mobilidade que assume agora novos conceitos mas, no nosso entendimento, não é dourando a pílula como pretende o Governo.

Perante o exposto, o SOJ mostrou total disponibilidade para participar neste e em todos os trabalhos mas, recordou ao Governo, um rol de propostas que apresentou ao longo dos anos e que, a terem sido tomadas em consideração, evitariam muitos dos problemas com que se depara actualmente a Justiça.

Importa recordar que fomos o único sindicato que publicamente exigiu sindicâncias e auditorias; propusemos diversas medidas que valorizariam os conteúdos funcionais da nossa carreira. Nada foi feito.

Por tudo isso, o SOJ tem legitimidade para dizer ao Governo, e disse-o, que estamos como sempre estivemos, disponíveis para procurar formas de melhorar a Justiça. Mas exigimos que sejam dados sinais claros de que o Governo está também de boa fé.

Há questões que ainda podem e devem ser resolvidas por este Governo, destacando:

- a) O pagamento dos retroactivos, saldando dessa forma a dívida do Ministério da Justiça para com os Oficiais de Justiça;
- b) A realização dos movimentos em atraso;
- c) A transparência na mobilidade (destacamentos, requisições e afins). O “amiguismo” tem também colocado em crise a imagem que se exige da Justiça.

Fomos hoje informados pela DGAJ que, previsivelmente, o projecto de movimento de Fevereiro será divulgado na próxima semana.

Lisboa, 2011-05-11